

HABEAS CORPUS Nº 515.156 - SP (2019/0167375-2)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : HELDER SILVA
ADVOGADO : HELDER SILVA - SP416749
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : ANTONIO MANOEL GOMES DE SAMPAIO (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de ANTONIO MANOEL GOMES DE SAMPAIO no qual se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que, nos autos do *Habeas Corpus* n. 2121342-80.2019.8.26.0000, indeferiu o pedido de liminar.

Os autos dão conta de que o paciente foi preso em flagrante pela suposta prática do crime previsto no art. 121, *caput*, do Código Penal. Durante a audiência de custódia, a prisão em flagrante foi convertida em preventiva (e-STJ fls. 23/26).

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus*, com pedido liminar, na Corte estadual. O pleito liminar foi, contudo, indeferido pelo Tribunal *a quo* (e-STJ fls. 33/36).

No presente *writ*, a defesa alega que não estão presentes os requisitos autorizadores da prisão preventiva e que não há fundamentos idôneos para justificar a sua decretação, sustentando que "*a prisão do paciente é desnecessária, tendo em vista que o mesmo preenche todos os requisitos para responder o processo em liberdade, pois é réu primário, tem bons antecedentes, residência fixa e se prontifica a comparecer em todos os atos processuais*" (e-STJ fl. 17).

Aponta a existência de erro material na decisão que indeferiu o pedido liminar, uma vez que "*o relator menciona que o habeas corpus foi impetrado por Fábio André Frutuso, algo que passou despercebido pelo Relator, pois o impetrante é Helder Silva OAB/SP nº 416.749. Outro equívoco algo muito importante que posse mudar o indeferimento deste habeas corpus em face do paciente, é que a explanação do relatório foi mencionada como paciente o senhor ANDERSON CLEITON DE PAULA e que este teria cometido em tese, o crime tipificado no artigo 121, § 2º, inciso II do Código Penal,*

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2689 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 12 de Junho de 2019 Publicação: Quinta-feira, 13 de Junho de 2019

paciente e crime que é totalmente diferente descrito no processo nº 1507611-61.2019.8.26.0228. No processo supracitado Nobre Julgador, o paciente é o senhor ANTONIO MANUEL GOMES SAMPAIO e o crime por ele praticado, visto que é réu confesso é o tipificado no artigo 121, caput, do Código Penal" (e-STJ fl. 17).

Por isso, requer, inclusive liminarmente, a revogação da prisão preventiva (e-STJ fls. 3/19).

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos para verificar a existência de constrangimento ilegal.

Ante o exposto, **indeferir a liminar**.

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau e ao Tribunal *a quo*, reclamando, inclusive, esclarecimentos acerca do alegado erro material na decisão que indeferiu o pedido liminar, ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser notificada de qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto deste feito.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do Conselho Nacional de Justiça.

Após, dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator